

A MEDIAÇÃO DO DEBATE ÉTNICO-RACIAL NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL EM BELÉM/PA

MEDIATION OF ETHNIC-RACIAL DEBATE IN
PEDAGOGICAL PROJECTS OF SOCIAL
SERVICE COURSES IN BELÉM/PA

Ana Cleide Estumano Leal¹

Carolina Costa Lima²

Francisco dos Santos Neto³

Lwelligton José Ramos Assunção⁴

Klicia Livian Lobato Aarão⁵

¹ Faculdade Estácio do Pará. E-mail: charmebeleza@outlook.com. ORCID: 0009-0008-9427-8201.

² Faculdade Estácio do Pará. E-mail: carolinalima095@gmail.com. ORCID: 0009-0002-8005-3956.

³ Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA); Faculdade Estácio do Pará. E-mail: francisco.neto2013@hotmail.com. ORCID: 0000-0001-7389-0305.

⁴ Faculdade Estácio do Pará. E-mail: ramoslueliton@gmail.com. ORCID: 0009-0008-1782-1266.

⁵ Faculdade Estácio do Pará. E-mail: Kliciatrabalhos@gmail.com. ORCID: 0009-0006-5770-2697.

RESUMO

Objetiva-se apresentar o debate étnico-racial na configuração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social em Belém/PA. Para isso, adotou-se o método crítico-dialético, por compreender que este é o que melhor qualifica o debate na perspectiva histórico-crítica e de totalidade. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e documental, por meio da análise dos PPCs dos Cursos disponíveis em sítios eletrônicos para consulta pública. Os resultados demonstram uma mediação tímida do debate antirracista em disciplinas e demais conteúdos curriculares em todas as Unidades de formação analisadas, o que expressa o necessário aprofundamento do debate para uma formação antirracista na área.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; formação profissional; questão étnico-racial.

ABSTRACT

The objective is to present the ethnic-racial debate in the configuration of the Pedagogical Projects of Social Service Courses in Belém/PA. To this end, the critical-dialectic method was adopted, as it is understood that this is what best qualifies the debate from a historical-critical and totality perspective. The research is based on a bibliographic and documentary review, through the analysis of Course PPCs available on electronic websites for public consultation. The results demonstrate a timid mediation of the anti-racist debate in subjects and other curricular contents in all the training units analyzed, which expresses the necessary deepening of the debate for anti-racist training in the area.

Keywords: *Social Service; professional qualification; ethnic-racial issue.*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo é resultado das discussões do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, Questão Étnico-Racial e Formação Profissional, vinculado à Faculdade Estácio do Pará. Inicia-se com uma análise histórica das políticas educacionais no Brasil sob a égide do neoliberalismo. O estudo destaca a persistência das desigualdades étnico-raciais e a falta de investimento adequado na educação. O problema de pesquisa questiona: quais o impacto do desmonte das políticas de educação no Brasil, sob a égide do neoliberalismo, na formação profissional em Serviço Social, particularmente no debate acerca da questão étnico-racial no processo formativo?

Como desdobramento dessa problemática, buscou-se tematizar neste trabalho a presença/ausência do debate acerca da questão étnico-racial nos Cursos de graduação Serviço Social nas Unidades de formação em Belém do Pará. O objetivo geral é compreender as implicações do desmonte das políticas de educação no Brasil, especialmente para a população negra; Os específicos se dão em analisar as diretrizes curriculares dos cursos de Serviço Social em instituições de Belém do Pará, destacando a presença e a qualidade das abordagens relacionadas à questão étnico-racial; e propor reflexões e recomendações para uma formação profissional antirracista.

Quanto ao método e metodologia da pesquisa, foram adotadas abordagens qualitativas e quantitativas, incluindo análise documental das políticas educacionais e das grades curriculares dos cursos de Serviço Social, além de revisão bibliográfica para embasar teoricamente o estudo. Os resultados da pesquisa revelam a presença inconsistente de disciplinas que abordam questões étnico-raciais nas grades curriculares dos cursos de Serviço Social em Belém do Pará, bem como a falta de investimento adequado na educação pública.

A estrutura do artigo segue uma progressão lógica, começando com uma introdução que contextualiza o problema de pesquisa, seguida por uma revisão da literatura que aborda as políticas educacionais no Brasil, o contexto neoliberal e as questões étnico-raciais. Posteriormente, são apresentados os resultados da pesquisa, divididos em duas partes: uma análise das políticas de educação no Brasil e uma investigação sobre as diretrizes curriculares dos cursos de Serviço Social em Belém do Pará. Por fim, as considerações finais destacam a importância de repensar a estrutura pedagógica dos cursos de Serviço Social e promover uma abordagem mais consistente e abrangente das questões étnico-raciais.

NEOLIBERALISMO, RACISMO E EDUCAÇÃO NO BRASIL

A transição do liberalismo para o neoliberalismo, que se intensificou a partir da década de 1980, foi motivada principalmente pelos interesses do governo em promover a integração do Brasil à economia mundial e atrair investimentos estrangeiros. O neoliberalismo enfatizou a redução do papel do Estado na economia, a privatização de empresas estatais e a abertura comercial, medidas que beneficiaram principalmente o setor financeiro e as grandes corporações, em detrimento dos direitos sociais e trabalhistas da população, incluindo a população negra. Assim, ao longo da história brasileira, a população negra enfrentou desafios significativos no acesso à educação e ao mercado de trabalho, sendo afetada tanto por políticas discriminatórias quanto por mudanças econômicas e políticas mais amplas, como a transição do Brasil agrário para o industrial, a crise da década de 1970 e a adoção do neoliberalismo como modelo econômico.

Durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), o movimento estudantil e negro desempenhou um papel importante na luta contra o regime autoritário e na busca por direitos democráticos e igualdade racial. Autores como Florestan Fernandes (1965) e Carlos Hasenbalg (1979) destacam a importância do movimento negro na denúncia do racismo estrutural e na busca por políticas de inclusão social e educacional. Enquanto isso, para Netto (2001) o movimento estudantil, influenciado por ideais marxistas, criticava a falta de democratização das universidades e lutava por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Com a introdução do neoliberalismo a partir da década de 1990, houve uma mudança drástica nas políticas educacionais, com o Estado abdicando de seu papel regulador e promotor da educação pública em favor da privatização e mercantilização do ensino superior. Para Antunes (2009), esse processo resultou em uma crescente elitização do ensino e na ampliação das desigualdades educacionais e sociais no país. Portanto, o movimento estudantil e negro desempenhou um papel fundamental na luta por uma educação mais democrática e inclusiva durante a ditadura militar, enquanto as políticas de educação superior antes da introdução do neoliberalismo refletiam um compromisso maior do Estado com a promoção do acesso universal à educação e o desenvolvimento nacional.

O contexto histórico do capitalismo e neoliberalismo no Brasil tem sido marcado por uma série de reformas que favorecem a expansão do setor privado de ensino superior. Segundo Antunes (2004), o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), pautado pelo ideário neoliberal, promoveu privatizações que estiveram alinhadas à reestruturação do capitalismo, intensificando a transformação da educação em uma mercadoria. Essa visão é corroborada por

Fernandes (2001), que ressalta a relação entre o neoliberalismo e as políticas de desmonte do Estado de bem-estar social, enfraquecendo assim as políticas públicas de educação.

Esse processo de desmonte das políticas públicas de educação tem afetado de maneira desproporcional a população negra no Brasil. De acordo com Davis (2005), o racismo estrutural presente na sociedade brasileira é exacerbado pelas políticas neoliberais, que aprofundam as desigualdades sociais e educacionais. Guimarães (2002) complementa essa análise ao destacar que a população negra é historicamente marginalizada no acesso à educação de qualidade, sendo impactada de forma mais severa pelo sucateamento das políticas públicas. Salienta Iamamoto (2001) que a expansão do ensino superior privado, impulsionada pelo neoliberalismo, reforça a lógica do "empreendedorismo" na educação. Nesse contexto, a educação é cada vez mais vista como um produto a ser consumido, em detrimento de seu papel como direito social. Essa mercantilização da educação, segundo Fernandes (2001), perpetua as desigualdades sociais, especialmente para a população negra, que já enfrenta obstáculos estruturais para acessar o ensino superior.

Diante desse panorama, é fundamental uma análise crítica dentro da teoria marxista para compreender as implicações do desmonte das políticas de educação no Brasil. Conforme Iamamoto (2001), é necessário questionar as relações de poder e exploração presentes no sistema capitalista, que se refletem nas políticas educacionais. Somente assim será possível propor alternativas que garantam o acesso universal e igualitário à educação, especialmente para a população negra.

A linha de atuação educacional sob a perspectiva neoliberal no Brasil se manteve sob os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), embora nesses dois últimos tenha havido programas com significativa expansão do acesso ao ensino superior por setores populares, por meio de programas como o ProUni e o FIES, os quais atendem aos interesses do grande capital e da população, considerando o impacto social que estes medeiam na realidade.

Entretanto, durante os governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), a precarização das políticas de educação foram intensificadas. A aprovação da Emenda Constitucional do Teto de Gastos, em 2016, limitou os investimentos em áreas sociais, incluindo a educação. Sob a gestão de Bolsonaro, os cortes orçamentários em universidades federais e programas de bolsas de estudo se agravaram, além do incentivo à disseminação de ideologias conservadoras nas instituições de ensino. Essas políticas têm impactado de forma desproporcional a população negra do Brasil, como observado por Guimarães (2002). A falta de investimento na educação básica e o sucateamento das universidades federais têm

prejudicado especialmente os estudantes negros, contribuindo para a perpetuação das desigualdades sociais e raciais no país.

Além disso, a pandemia da COVID-19 trouxe novos desafios para a educação brasileira. As medidas de distanciamento social e o fechamento das escolas impactaram milhões de estudantes em todo o país. No entanto, as políticas de educação durante a pandemia têm refletido as desigualdades pré-existentes, com muitos estudantes negros enfrentando dificuldades de acesso à educação remota devido à falta de infraestrutura digital e apoio familiar, como mencionado por Yamamoto (2004) ao discutir as alterações nas políticas de formação profissional no Serviço Social. O cenário neoliberal na política de educação brasileira, aliado aos desafios impostos pela pandemia da COVID-19, tem agravado as disparidades educacionais e sociais.

A particularidade amazônica, quando pensamos as populações tradicionais, é ainda mais desafiadora, considerando que estas são profundamente impactadas pelo avanço do capitalismo e do neoliberalismo, que promovem a exploração desenfreada dos recursos naturais da região em benefício do grande capital. Autores como Maria Lúcia Martinelli (2009) e Marilda Menezes (2016) destacam como a dimensão das expressões da questão social se amplia sob a proliferação dos impactos dessas empresas, especialmente as mineradoras, na região. O avanço do agronegócio, da exploração mineral e da construção de grandes obras de infraestrutura têm gerado desmatamento, contaminação dos rios, perda de biodiversidade e deslocamento forçado de comunidades tradicionais, contribuindo para o agravamento das desigualdades sociais e ambientais na região, o que se configura em uma das expressões mais radicais do que alguns autores tem denominado de racismo ambiental.

Nesse contexto, a formação profissional da população de comunidades e povos tradicionais da região amazônica é severamente impactada. A falta de acesso à educação de qualidade, aliada à exploração econômica descontrolada e à degradação ambiental, limita as oportunidades de desenvolvimento humano e social dessas populações. Autores como José Seixas Lourenço (2013) e Maria do Carmo Santos (2018) apontam como as políticas públicas voltadas para a educação nas áreas rurais e ribeirinhas da Amazônia são insuficientes e muitas vezes negligenciam as especificidades culturais e sociais dessas comunidades.

No campo do Serviço Social na região amazônica, profissionais enfrentam desafios significativos ao lidar com as demandas emergentes geradas pela expansão do capitalismo e as consequências sociais e ambientais dela decorrentes. A formação profissional nessas áreas exige uma compreensão profunda das dinâmicas sociais e econômicas locais, assim como um compromisso ético-político com a defesa dos direitos das comunidades tradicionais e a

promoção da justiça social. Autores como Eunice Prudente (2006) e Terezinha Lopes (2012) ressaltam a importância do engajamento político e da construção de práticas profissionais sensíveis às realidades locais como formas de enfrentamento das desigualdades e da exclusão social na região amazônica.

A região apresenta uma necessidade de aprofundamento de uma formação antirracista, tendo em vista suas particularidades locais/regionais. Contudo, a educação sob a égide do neoliberalismo tende a negligenciar a diversidade étnico-racial e cultural como elemento fundante da formação humana. Essas políticas, conforme observado por Behring (2009), refletem uma concepção de Estado que minimiza sua responsabilidade na promoção da igualdade.

ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS

A pesquisa foi iniciada com um mapeamento das Instituições de Ensino Superior – IES, as quais atualmente ofertam o Curso de Serviço Social em Belém do Pará, por meio do Site eletrônico do E-Mec, onde foram identificados 8 cursos em funcionamento, a saber: Centro universitário da Amazônia – UniFamaz; Centro universitário Maurício de Nassau – UNINASSAU; Faculdade Estácio do Pará – Estácio; Faculdade Integrada Brasil Amazônia - FIBRA; Faculdade Pan Amazônica – FAPAN; Universidade da Amazônia – UNAMA; Universidade Federal do Pará – UFPA; Universidade Paulista – UNIP.

Dentre as 8 IES em amostra, há diferentes modalidades de Ensino sendo ofertadas, quais sejam: pública presencial, privado presencial e privado semipresencial e à distância. A análise dos PPCs foi realizada sob os filtros, modalidade do curso, disciplinas identificadas na temática étnico-racial, povos tradicionais ou indígenas, carga horária da disciplina, semestre em que ela é aplicada e tempo de formação do curso. Portanto, segue a tabela:

Tabela 01 – Apresentação das Disciplinas acerca da Questão Étnico-Racial nos PPCs dos Cursos de Serviço Social em Belém/PA.

Faculdades	Modalidade do curso	Disciplinas identificadas	Carga horária	Semestre	Tempo de Formação no curso
1. Centro universitário da Amazônia - UniFamaz	EAD	Não oferta disciplina com a temática.	-	-	5 anos
2. Centro universitário Maurício de Nassau - UNINASSA U	EAD	Relações sobre Gênero, Raça e Etnia.	60h	4º	Não informa.
3. Faculdade Estácio do Pará – Estácio/FAP	Semi Presencial	História do Povo Indígena e Afrodescendentes.	Não informa a carga horária.	7º	4 anos
4. Faculdade Integrada Brasil Amazônia - FIBRA	Presencial	Relações Étnico-Raciais, Gênero e Violências.	40h	3º	4 anos
5. Faculdade Pan Amazônica - FAPAN	EAD	Relações Étnico-Raciais no Brasil.	30h	4º	3 anos e meio.
6. Universidad e da Amazônia - UNAMA	Presencial	Relações <u>Sociais</u> de Gênero, Raça e Etnia.	60h	4º	4 anos
7. Universidad e Federal do Pará - UFPA	Presencial	Seminário: Diversidade Étnico Cultural no Brasil e na Amazônia	10h	1º	4,5 anos
8. Universidad e Paulista - UNIP	EAD	Relações Étnico-Raciais no Brasil.	30h	-	4 anos

Fonte: Elaboração dos autores (2024).

Precisamos destacar alguns pontos: ausência de disciplinas específicas sobre a questão étnico-racial nas IES UniFamaz e UFPA, visto que na Federal do Pará há apenas um “Seminário de diversidades Étnico culturais no Brasil e na Amazônia” com carga horária de somente 10 horas, conforme destacado na tabela 2. Além disso, torna-se necessário destacar que a Estácio não apresenta a carga horária da disciplina ofertada e a UNIP não apresenta a semestralidade em que oferta a disciplina informada em seu PCC.

Em Belém, a única universidade pública que oferta o curso de Serviço Social é a UFPA, sendo esta orientada pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Entidades que hoje advoga a necessidade de aprofundamento do debate étnico-racial no processo formativo. Portanto, é de fundamental importância que a Federal do Pará, considerando o seu protagonismo na formação profissional pública, gratuita e de qualidade, introduza formalmente conteúdos curriculares desta natureza.

A ABEPSS em sua plataforma digital aponta vários documentos e materiais antirracistas para orientação dos profissionais e o CFESS também apresenta materiais de apoio, além de que, apresentou no período de 2017-2020 a campanha do triênio “Assistentes Sociais no Combate ao racismo”, porém a análise constata que a formação profissional, do ponto de vista das disciplinas ofertadas, ainda não abarcam suficientemente a radicalidade do debate antirracista.

Portanto, "a ausência de uma abordagem crítica sobre o racismo na formação acadêmica do assistente social contribui para a perpetuação das desigualdades étnico-raciais na prática profissional" (IAMAMOTO, 2011, p. 112). Desta forma, pode-se dizer que, "a superficialidade no tratamento das questões étnico-raciais nas grades curriculares reflete a resistência institucional em reconhecer e enfrentar o racismo estrutural presente na sociedade brasileira" (NAHAS, 2018, p. 67).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento realizado trouxe importantes constatações e reflexões a respeito da formação de profissionais do serviço social, especialmente no que se refere à temática étnico-racial, pois em que pese a relevância de componentes curriculares voltadas para a temática étnico-racial, dentro dos cursos de Serviço Social, são escassas e até mesmo, inexistentes. Tais cenários revelam-se preocupantes e apontam para uma urgente mudança na estrutura pedagógica desses cursos a fim de compatibilizá-las com as recomendações e Diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Por meio da compreensão da história, podemos perceber que muito dos problemas que

enfrentamos ao longo de mais de 5 séculos, foram reatualizados para novas problemáticas e que o racismo continua a imperar e se aprofundar na sociedade brasileira, inclusive de forma perigosa, pois ele não se apresenta de forma evidente, mas de maneira velada, o que torna o seu combate tarefa de maior complexidade o qual exige imediatamente o fomento do compartilhamento de estudos e pesquisas a respeito dessa temática. Desta forma, considera-se que a luta antirracista é indissociável ao Projeto Ético-Político da profissão. Portanto, empenhar-se pela oferta de um ensino superior de qualidade e que dê subsídios aos profissionais da categoria para uma práxis antirracista é de fundamental importância.

REFERÊNCIAS:

- ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- BEHRING, E. R. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez Editora, 2009.
- Código de Ética do/a Assistente Social. CFESS. 1993.
- DAVIS, A. Mulheres, cultura e política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017. 73 p.
- EURICO, Marcia. A Educação das Relações Étnico-Raciais e os Desafios da Implementação da Lei 10.639/03. Cortez Editora, 2015.
- FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca. São Paulo: Senac, 2001.
- GOMES, F. dos S. Histórias e histórias: o negro no Brasil. São Paulo: Senac, 2006.
- GUIMARÃES, A. S. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2002.
- HASENBALG, C. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- IAMAMOTO, M. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional. Cortez Editora, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3099/pnadc_2019_trabalho_est%20udo_piloto.

Pdf. Acesso em: 28 abr. 2024.

LOPES, T. Amazônia: políticas sociais, sustentabilidade e educação ambiental. São Paulo: Editora Senac, 2012.

LOURENÇO, J. S. Educação, desenvolvimento e políticas públicas na Amazônia brasileira. Goiânia: Editora UFG, 2013.

MARTINELLI, M. L. Questão social, desenvolvimento e sustentabilidade: a Amazônia em questão. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

MENEZES, M. Amazônia em debate: questão ambiental, desigualdades sociais e políticas públicas. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional Versus Identidade Negra. Editora Senac São Paulo, 2018.

NAHAS, Tatiana. Racismo Institucional e Serviço Social: Desafios Contemporâneos. Editora Atlas, 2018.

NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

PRADO JR., C. História econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1977.

SANTOS, M. C. Educação do campo e sustentabilidade na Amazônia. Curitiba: Editora CRV, 2018.